

Sugar Express Transportes S.A.

Demonstrações Financeiras
em 31 de março de 2026 e Relatório
do Auditor Independente

Sumário

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações do Resultado do Exercício	7
Demonstrações do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações do Fluxo de Caixa	10
1 Contexto operacional	11
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	11
3 Políticas contábeis materiais	12
4 Uso de estimativas e julgamentos relevantes	12
5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	12
6 Caixa e equivalentes de caixa	14
7 Aplicação financeira	14
8 Contas a receber de clientes	14
9 Tributos a recuperar	15
10 Ativos e passivos fiscais diferidos	15
11 Despesa com imposto de renda e contribuição social	16
12 Outras contas a pagar	17
13 Instrumentos financeiros	17
14 Partes relacionadas	22
15 Patrimônio líquido	22
16 Receitas líquidas	23
17 Custos dos serviços prestados	24
18 Resultado financeiro líquido	24



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Sugar Express Transportes S.A.

São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sugar Express Transportes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sugar Express Transportes S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

DocuSigned by
Priscila Moscardini Soares Diniz
Atestado por: PRISCILA MOSCARDINI SOARES DINIZ 36976756609
CPF: 36976756609
Data/Hora da Assinatura: 6/15/2026 | 7:08:21 PM BRT
O: KPMG Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC CertSign RFB G5
39965021770264069

Priscila Moscardini Soares Diniz
Contadora CRC 1SP289386/O-0

Sugar Express Transportes S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2026	2025	Passivos	Nota	2026	2025
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.057	8.440	Fornecedores		21	2
Aplicações financeiras	7	-	833	Tributos a recolher		320	150
Contas a receber de clientes	8	4.034	635	Dividendos a pagar	14	516	339
Impostos e contribuições a recuperar	9	186	-	Outras contas a pagar	12	754	282
Despesas antecipadas		23	-				
Outras contas a receber		-	93				
Total do ativo circulante		14.300	10.001	Total do passivo circulante		1.611	773
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Contas a receber de clientes	8	-	1.205	Capital social		7.650	7.650
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	266	Reserva legal		409	300
Ativo fiscal diferido	10	1.057	1.389	Retenção de lucros		5.687	4.138
Total do ativo não circulante		1.057	2.860	Total do patrimônio líquido	15	13.746	12.088
Total do ativo		15.357	12.861	Total do passivo		1.611	773
				Total do passivo e patrimônio líquido		15.357	12.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sugar Express Transportes S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receitas líquidas	16	24.582	9.187
Custo dos serviços prestados	17	(22.392)	(7.749)
Lucro bruto		2.190	1.438
Despesas de vendas		(3)	1
Despesas administrativas		(88)	(120)
Outras despesas		(57)	(40)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		2.042	1.279
Receitas financeiras	18	1.218	853
Despesas financeiras	18	(2)	(6)
Resultado financeiro líquido		1.216	847
Resultado antes dos impostos		3.258	2.126
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(752)	(482)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(332)	(217)
Lucro líquido do exercício		2.174	1.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sugar Express Transportes S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	2.174	1.427
Resultado abrangente total	2.174	1.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sugar Express Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 2024	7.650	228	3.121	-	10.999
Lucro do exercício	-	-	-	1.427	1.427
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	72	-	(72)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(339)	(339)
Proposta de destinação para reserva de lucros - a ser aprovada pela AGO	-	-	1.017	(1.017)	-
Em 2025	7.650	300	4.138	-	12.088
Lucro do exercício	-	-	-	2.174	2.174
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	109	-	(109)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(516)	(516)
Proposta de destinação para reserva de lucros - a ser aprovada pela AGO	-	-	1.549	(1.549)	-
Em 2026	7.650	409	5.687	-	13.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sugar Express Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.174	1.427
Ajustado por:			
Impostos diferido	11	332	217
Perdas estimadas	13.2.1	2	(1)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(2.196)	1.443
Impostos e contribuições a recuperar		80	(36)
Outras contas a receber		93	(82)
Tributos a recolher		685	67
Fornecedores e outras contas a pagar		468	(1.007)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.638	2.028
Imposto de renda e contribuição social pagos		(515)	(388)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.123	1.640
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		833	(833)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos		833	(833)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(339)	(630)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(339)	(630)
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.617	177
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		8.440	8.263
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		10.057	8.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sugar Express Transportes S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social preponderante: (i) o transporte rodoviário, em todo o território nacional, de cargas secas e líquidas, incluindo produtos perigosos, por meio de frota própria e/ou de terceiros; (ii) a atuação como operadora de transporte multimodal; e (iii) a prestação de serviços de recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e mercadorias em geral.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 4. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão nas notas explicativas conforme a nota 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de junho de 2026.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios social não houve avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais estão devidamente descritas nas notas explicativas correspondentes. A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em 2025 e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

4 Uso de estimativas e julgamentos relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros.

A análise anual do valor recuperável dos tributos diferidos ativos do prejuízo fiscal está disposto na Nota Explicativa nº 10.

5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

5.1 Novas Normas

5.1.1 CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

5.2 Normas vigentes

5.2.1 Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão:

- i. Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes;
- ii. Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônicos

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 (1º de abril de 2026, no caso da Companhia) e não temos impacto da emenda, pois não há operações desta natureza.

5.2.2 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo está baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirá o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parcialmente a referida reforma. Os efeitos da reforma tributária ainda dependem da regulamentação de aspectos pendentes por meio de leis complementares adicionais, bem como da definição das alíquotas aplicáveis.

Posteriormente, em janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe, principalmente, sobre a criação e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Esse comitê, composto por representantes dos Estados e dos Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição das receitas e a uniformização da legislação do IBS. A referida lei também estabelece o processo administrativo tributário aplicável a esse imposto. Consequentemente, não há qualquer efeito de reforma tributária nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Banco - conta movimento	388	500
Aplicações financeiras	9.669	7.940
Total	10.057	8.440

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento. Em 31 de março de 2025, a rentabilidade correspondia a 99,8% da variação do CDI. O saldo de aplicações financeiras foi classificado integralmente como caixa e equivalentes de caixa, em razão da liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento. A Companhia possui uma política que determina características de aplicações com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sem risco de mudança significativa de valor, além de ausência de carência para o resgate.

➤ Política contábil

Caixa e equivalente de caixa estão representados por numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Aplicação financeira

	2026	2025
Aplicação financeira	-	833
Total	-	833

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente 100% do CDI em 2025. Para o saldo de aplicações financeiras, vide nota explicativa 6.

8 Contas a receber de clientes

	2026	2025
Mercado interno	4.065	1.869
Perdas estimadas	(31)	(29)
Total	4.034	1.840
Circulante	4.034	635
Não circulante	-	1.205

A variação no saldo de contas a receber está relacionada ao aumento no volume de venda da Companhia.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito, as análises de vencimento *aging* dos saldos, a exposição ao risco cambial e as perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

➤ **Política contábil**

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas (PECLD). A provisão para perda é constituída com base em uma matriz de perda esperada adotada pela Companhia, que considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares com classificação do risco do cliente mensurada internamente.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2026	2025
Imposto de renda	139	228
Contribuição social	47	38
Total do ativo	186	266

Os valores de IRPJ e CSLL que foram recolhidos e podem ser compensados com demais tributos federais administrados pela Receita Federal, observada as disposições normativas aplicáveis.

➤ **Política contábil**

Os tributos a recuperar são reconhecidos com base nas legislações vigentes, permitindo sua compensação com débitos tributários. Esses tributos são continuamente revisados para garantir sua realização no prazo estimado e em alinhamento com as normas contábeis aplicáveis.

10 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos e contribuições diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos	
	2026	2025
Provisões	12	10
Prejuízo fiscal a compensar	1.045	1.379
Total	1.057	1.389

	Reconhecido		Reconhecido		
	2024	no resultado	2025	no resultado	2026
Provisões	10	-	10	(2)	8
Prejuízo fiscal a compensar	1.596	(217)	1.379	(330)	1.049
Total	1.606	(217)	1.389	(332)	1.057

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis para ser compensados com o ativo fiscal diferido.

11 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social lançada no resultado é demonstrada como segue:

	2026	2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	3.258	2.126
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, alíquota fiscal combinada	(1.108)	(723)
Adições exclusões permanentes		
Adições permanentes	-	(1)
Alíquota adicional 10%	24	24
Impostos de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.084)	(699)
Alíquota efetiva	33%	33%
Impostos corrente	(752)	(482)
Imposto diferido	(332)	(217)
Total	(1.084)	(699)

➤ Política contábil

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão

utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) **Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, conseqüentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

12 Outras contas a pagar

	2026	2025
Frete a pagar	754	282
Total do ativo não circulante	754	282

O aumento do saldo a pagar está relacionado ao maior volume de cargas movimentadas nesta safra.

➤ **Política contábil**

As outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. A Companhia reconhece suas outras contas a pagar no passivo circulante, em razão do pagamento ser devido em até um ano, ao valor da fatura correspondente.

13 Instrumentos financeiros

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão e das características dos fluxos de caixa contratuais, sendo determinado no momento do reconhecimento inicial, conforme o CPC 48.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes

Sugar Express Transportes S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2026	2025	2026	2025
Ativos custo amortizado				
Banco - conta movimento (nota 6)	388	500	388	500
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	9.669	8.773	9.669	8.773
Contas a receber de clientes (nota 8)	4.034	1.840	4.034	1.840
Outras contas a receber	-	93	-	93
	14.091	11.206	14.091	11.206
Passivos				
Outros passivos				
Fornecedores	21	2	21	2
Dividendos a pagar	516	339	516	339
Outras contas a pagar	754	282	754	282
	1.291	623	1.291	623

Não há instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial.

A Administração da Companhia avaliou os valores justos de seus ativos e passivos financeiros na data-base das demonstrações financeiras e concluiu que os respectivos valores contábeis não diferem de forma relevante de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores registrados contabilmente representam adequadamente o valor justo desses instrumentos nas demonstrações financeiras.

➤ **Política contábil**

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros quando se torna parte das disposições contratuais. Os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são, em geral, mensurados ao custo amortizado.

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando a mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

13.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos clientes.

As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros:

- (i) Análise quantitativa, contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, entre outros, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais;
- (ii) Análise qualitativa, que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e empresa contratada que oferece diversas soluções para Consulta de Crédito, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e
- (iii) Análise de garantias, examinadas pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua administração.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2026	2025
Banco - conta movimento (nota 6)	388	500
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	9.669	8.773
Contas a receber de clientes (nota 8)	4.034	1.840
Outras contas a receber	-	93
	14.091	11.206

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia possui saldos de contas a receber de clientes sujeitos a avaliação de perdas de créditos esperadas, para os quais utiliza uma matriz de provisão que considera o agrupamento dos recebíveis com base em características de risco semelhantes, tais como análise de vencimento (Aging) e classificação de risco (rating), permitindo a mensuração das perdas com base no comportamento histórico dessas variáveis, ajustados por informações prospectivas.

Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

	2026	2025
A vencer	4.065	1.840
Vencidos:		
Há 0 e 30 dias	-	9
Acima de 120 dias	-	20
(-) PECLD	(31)	(29)
		-
Total	4.034	1.840

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	2026	2025
Saldo anterior	(29)	(30)
(Constituição) Reversão	(2)	1
Total	(31)	(29)

13.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

13.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

14 Partes relacionadas

	2026	2025
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A.	516	339

A Companhia apurou lucro R\$ 2.174 no exercício o qual após as devidas destinações legais estatutárias, incluindo a constituição de reservas obrigatórias resultou neste montante disponível para distribuição de dividendos

➤ Política contábil

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

A remuneração do pessoal chave da administração é divulgada nas demonstrações financeiras da controladora Copersucar S.A, em conformidade com o CPC 05 divulgação sobre partes relacionadas.

15 Patrimônio líquido

O Capital social da Companhia é de R\$ 7.650 em 31 de março de 2026 e 2025, representado por 93.300 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do resultado do exercício:

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	2.174	1.427
Reserva legal	(109)	(72)
Lucro a distribuir	2.065	1.355
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	516	339
Destinação para reserva de lucro	1.549	1.017

16 Receitas líquidas

Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviço de transporte de produtos, é reconhecida à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho com a transferência do controle do serviço ao cliente.

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Receita bruta de prestação de serviços	28.761	11.770
(-) Impostos sobre serviços	(4.179)	(2.583)
	24.582	9.187

A receita bruta de prestação de serviços aumento 144% no período atual em comparação ao exercício anterior, em decorrência, principalmente, do maior volume de serviços de transporte realizados. Esse crescimento está diretamente relacionado ao aumento da safra no período, o que demandou maior movimentação logística e, conseqüentemente, elevou o volume de operações de transporte prestadas pela Companhia.

➤ Política contábil

A receita de serviço é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

- As receitas de serviços decorrem do transporte rodoviário de açúcar mediante subcontratação de terceiros, sendo determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de frete contratado.
- Quando a conclusão de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimada com confiabilidade, a receita associada à transação deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução da transação ao término do período de reporte.

17 Custos dos serviços prestados

Os custos da Companhia são compostos por operações de subcontratação de fretes, os quais são diretamente atribuíveis à prestação dos serviços de transporte e reconhecidos no resultado conforme a execução das respectivas obrigações de desempenho.

	2026	2025
Custo do serviço prestado	22.392	7.749
Total custo	22.392	7.749

O custo dos serviços prestados apresentou aumento no período em comparação ao exercício anterior, em decorrência, principalmente, do maior volume de operações de transporte realizadas.

➤ Política contábil

Os custos dos serviços prestados correspondem aos gastos incorridos com a subcontratação de fretes, diretamente relacionados à prestação dos serviços no período.

18 Resultado financeiro líquido

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.214	847
Juros ativos	4	6
	1.218	853
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(2)	(6)
Resultado financeiro líquido	1.216	847

➤ Política contábil

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Tomás Caetano Manzano
Diretor Presidente

Julio Alvarez Boada
Diretor

Lara Nascimento Bacellar
Diretora

Rodrigo da Silva Lima
Diretor

Thiago Fontoura Struminski
Diretor

Fernando Henrique Casale
CRC 1SP284642/O-0
Contador responsável